

Nélson Rodrigues, a retórica do nariz de cera e a triste sina do jornalismo policial¹

Marco Antônio Roxo da Silva²

Resumo

O objetivo deste texto é discutir o estatuto da reportagem policial na história do jornalismo brasileiro. Partimos do princípio de que as reformas dos anos 1950, sobre o pretexto de livrar o jornalismo da vilania do nariz de cera, incrementaram um processo de profissionalização que excluiu do jornalismo indivíduos classificados como de baixa qualificação moral e intelectual para essa prática social. Esse movimento influiu de sobremaneira na reportagem policial, cujo status e prestígio passaram a ser questionados ao longo do tempo.

Palavras-chave

Jornalismo, objetividade, identidade.

Hoje, quando todos os jornais já seguem essa tradição da regra básica do jornalismo norte-americano da resposta aos cinco W – Who? What? When? Where? Why? – essa insistência pode parecer exagerada, mas em 1950, ela se explicava por vir decretar a morte do mais antigo vício do jornalismo: a prática do nariz de cera (José Ramos Tinhorão).

Eu não criei o novo jornalismo. Nem mesmo a técnica do novo jornalismo. O que eu fiz foi um trabalho de adaptação. Uma reforma. Era necessário fazer essa reforma. Todos os jornais eram escritos na base do nariz de cera. A notícia começava pela anti-notícia. Era mais um artigo, um editorial (Pompeu de Souza).

O termo novo jornalismo é uma metáfora recorrente através da qual normalmente se dá entendimento às mudanças processadas nas práticas jornalísticas brasileiras nos anos 1950, consagrados em nossa memória como *os anos de ouro* do jornalismo brasileiro. O style book, o lead e o copy desk são dispositivos retóricos e estruturais que foram adaptados aqui no

¹ Artigo apresentado para discussão no GT História do Jornalismo

² Bolsista Recém-doutor FAPERJ/UFRJ.



Brasil e defendidos como um método de transmitir informação de forma eficaz e segura, de modo que ao escrever um texto jornalístico, se pudesse tentar separar fatos de opinião e ficção. Conforme os depoimentos acima, as novas regras textuais advindas do modelo de jornalismo objetivo passaram a caracterizar gêneros informativos (notas, notícias e reportagens), dando a eles um ar de sobriedade, impessoalidade e distanciamento.

O *Diário Carioca* serviu de palco para a experiência de adaptação do modelo de jornalismo norte-americano nas redações brasileiras. Como diretor de redação do jornal, Pompeu de Souza resolveu fundir alguns styles books de jornais norte-americanos para melhor adaptar aqui a técnica jornalística baseada no copy desk e no lead. Desta forma, ele criou um livro chamado *Regras de Redação do Diário Carioca*, uma espécie de bíblia do movimento reformista.

Pompeu de Souza contou com a ajuda de seu chefe de reportagem, Luís Paulistano, para recrutar e formar novos jornalistas iniciados nas técnicas narrativas da objetividade. Esse processo de renovação de quadros para ele era fundamental, pois “*todo jornalista que estava em atividade representava um vício. O vício era exatamente o nariz de cera. Eu precisava de gente zero quilômetro*” (1998, p. 22).

Desta forma, Souza e Paulistano submeteram os candidatos à leitura obrigatória das Regras de Redação do Diário Carioca para depois aplicar-lhes um teste de redação. Assim, recrutaram para o jornal nomes como Evandro Carlos de Andrade, Armando Nogueira, Jânio de Freitas, José Ramos Tinhorão, Nilson Lage, Thiago de Melo, Ferreira Gullar. A “escola” do *Diário Carioca* passou a ser conhecida como verdadeiro *viveiro de focas*, pois boa parte destes quadros ocupou, nos anos seguintes, postos no topo da hierarquia funcional das redações dos principais jornais do país e contribuíram decisivamente para a sistematização discursiva operada em boa parte da imprensa diária brasileira.

As reformas não tiveram um caráter somente técnico-discursivo. Os princípios deontológicos da objetividade jornalística, como as noções de distanciamento, apartidarismo e a importância no equilíbrio no uso de fontes serviram como instrumentos valiosos para os agentes que lutavam para mudar os significados do jornalismo. A preocupação dos

reformadores era que o jornalismo deixasse de ser visto como atividade política e literária e se tornasse prática social monopolizada por *profissionais*.

Isto nos remete ao objeto de discussão deste artigo, o processo de formação da identidade jornalística no Brasil. Pretendemos investigar por que a estrutura retórica contida no modelo narrativo pejorativamente chamado de “nariz de cera” passou a sintetizar algo disfuncional e se tornou a marca da infâmia e da perversão da missão informativa do jornalismo praticado antes de 1950?

Para tentar responder a esta questão, dividimos o artigo em duas partes. Na primeira, discutiremos os significados do termo “nariz de cera” e mostraremos que de um lado, a adaptação do lead estava centrada numa falsa premissa: a dicotomia entre jornalismo e literatura, de outro, que esta suposta dissociação estava associada uma variável geracional com a qual os agentes promotores das reformas procuravam distinguir a si e suas práticas das adotadas pelos agentes que militaram no jornalismo antes de 1950.

Na segunda, vamos comprovar nossa hipótese de que o movimento reformista de 1950 foi além de sistematizar as práticas discursivas dos jornais. Ele resultou também numa tentativa de moralizar a prática jornalística com o fechamento das fronteiras profissionais. Para isto, certos setores da comunidade jornalística entenderam ser necessário excluir da mesma os jornalistas cujos hábitos e graus de escolaridade eram vistos como inadequados ao senso de profissionalismo que se queria formar.

Neste sentido, o objetivo do trabalho é identificar a relação da desqualificação da retórica do nariz de cera e da condenação moral de boa parte dos jornalistas que praticavam o jornalismo policial com a manutenção da obrigatoriedade da exigência de diploma específico para a prática jornalística. Se por um lado, o nariz de cera representava uma verdadeira infâmia aos critérios de factualidade que passaram a orientar o jornalismo, de outro, a reportagem policial passou a sintetizar a degradação moral dessa prática social que se queria profissionalizar através da obrigatoriedade do diploma. Esta relação se tornou explícita quando o próprio questionamento do diploma pôs em debate a identidade jornalística durante a década de 1980.



Por último temos algo a dizer em relação ao método. A escolha dos conflitos existentes entre os jornalistas de suas identidades como profissionais tem por referência estudos históricos que procuram, através do confronto comparativo dos relatos, tecer visões do mundo, representações simbólicas que dão sentido à vida dentro de suas contradições (DARNTON, 1984). O objetivo não é eliminar as contradições, mas sim observar como as práticas sociais se revelam nos discursos, criando e recriando tradições, revelando o sentido dinâmico da cultura (DESAN)³.

Ver as reformas dos anos 1950 com um recorte sincrônico, entre perspectivas distintas de jornalismo, permite que se tracem linhas de continuidades e rupturas, ajudando a entender a mudança no olhar do jornalista sobre o seu papel. Esse modo de fazer história não nos permite cair na tentação de instrumentalizar o passado, para legitimar posturas e práticas do presente. O que se quer mostrar são as disputas e rivalidades internas à comunidade jornalística e não trabalhar com concepções hegemônicas.

Os significados do nariz de cera

Afinal, o que era o nariz de cera? Conforme o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o termo significa preâmbulo vago ou enfático que antecede um artigo ou uma reportagem. Cláudio Abramo (1993, p. 26-27) exemplificou o termo desta forma:

O sujeito começava uma matéria dizendo assim: ‘O advogado Sobral Pinto, essa fulgurante figura do Direito brasileiro, veio para São Paulo e se hospedou no hotel tal, de velhas tradições e ontem gentilmente se dispôs a nos conceder esta reportagem’. Era tudo assim”.

José Ramos Tinhorão (1988, p. 24) deu um exemplo mais extenso, procurando realçar através de uma notícia relacionada ao cotidiano urbano, a distinção entre o novo e velho jornalismo:

³ DESAN, Suzanne. “Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In *A Nova História Cultural*. HUNT, Lynn. São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp. 63-96.



Quando alguém matava alguém, nunca um jornal de **velho estilo** ia publicar simplesmente: *‘O pedreiro Benedito dos Santos, 22 anos, foi morto na noite de ontem com três tiros em um bar na rua tal, ao recusar um copo de cerveja ao marginal conhecido por Toninho Malvadeza’*. Nesse caso a notícia começaria quase sempre assim: *‘Ontem, ao cair da noite, o jovem pedreiro Benedito dos Santos despediu-se dos companheiros de serviço e se encaminhou para o bar próximo de sua residência, onde sempre tomava uma cerveja antes do jantar. Estava longe de imaginar o que o destino lhe preparava. De fato, ao chegar ao botequim, já lá estava o conhecido meliante Toninho Malvadeza, temido em todo bairro por suas provocações e violências’*. Por aí ia o nariz de cera até concluir, no pé da segunda coluna que *‘ao ser o corpo do inditoso jovem transladado paro o Instituto Médico Legal, sobre o mármore frio da mesa do bar estava, ainda, a sua última cerveja’* (...). Grifos meus.

Segundo Tinhorão (*Ibid*), o nariz de cera era um recurso herdado de fato da maioria dos jornalistas antigos ser recrutada, desde o século XIX, entre políticos e literatos. Com base nessa herança, os jornalistas do tipo antigo eram dotados do hábito de improvisar recursos retóricos antes de apresentar a notícia propriamente dita para o leitor. Isto nos lembra as concepções de Chalaby (1996). Segundo este autor, em países de forte tradição literária, como a França, a formação de uma cultura profissional independente entre os jornalistas teve o seu ímpeto contido. A imprensa francesa do século XIX permaneceu vinculada a uma hierarquia de práticas discursivas nas quais gêneros com alto grau de literalidade, como a poesia, dramaturgia, artigos polêmicos, comentários, crônicas eram tidos como superiores a reportagem. Isso fez com que os jornalistas ambicionassem ter o ethos de um escritor e não de um repórter. Neste tipo de cultura, o jornalismo era visto como primeiro estágio de uma carreira literária⁴.

A política era o segundo norte do jornalismo francês. Segundo Neveu (2005, p. 21), o controle de um jornal diário era um recurso estratégico nas lutas parlamentares e na política local formando uma tradição na qual um jornalista político era tido como um ativista partidário e não um profissional independente. Chalaby (2003, 44) destacou o fato da estrutura bipartidária nos EUA e Inglaterra ter confinado a luta política nesses países em

⁴ Ver BALZAC, Honoré. *Das Ilusões Perdidas*.

determinados limites. Na França, por volta de 1870, o campo das alternativas políticas era mais vasto, com as posições indo da monarquia ao marxismo, e as lutas políticas tinham um caráter mais intenso em função da radicalidade da luta de classes e da fragilidade da burguesia.

Este tipo de lógica tinha referência com o contexto brasileiro anterior a 1850. Segundo Pompeu de Souza, os jornalistas antigos se auto-representavam como *homens de letras* e se sentiriam meros noticiaristas ao se contentarem unicamente em redigir uma notícia qualquer. Por isso, diz Souza, *era preciso, então, caprichar na forma, castigar o estilo para noticiar qualquer coisa (Ibid, p. 25).*

No seu entender, diante de tanto imprevisto as técnicas narrativas baseadas no *lead* e no *copy desk* promoveram uma *subversão* na forma de se escrever notícias no Brasil. Com elas, a linguagem jornalística ganhou uma alta qualidade e um admirável padrão *técnico*, ajustado de forma coerente com a crescente falta de tempo de leitores, cada vez mais atormentados com a correria da vida moderna e, por isso, menos dispostos a lerem textos prolixos e pouco informativos.

Dentro desta concepção, o jornalismo objetivo é tido como dotado de uma estrutura narrativa (os cinco “W”) e de recursos retóricos capazes de separar fato de opinião e, ao mesmo tempo, fornecer aos leitores uma informação ágil e veloz, mercadoria de alto valor numa sociedade caracterizada pela competição entre os indivíduos. Tal concepção lembra as formulações de Walter Benjamin em *O Narrador* (1992, p. 34). A forma pragmática da informação levaria ao fim da arte de contar histórias. *Cada manhã somos informados sobre o que acontece em todo mundo. E, no entanto, somos tão pobres em histórias maravilhosas!*

Diante dessas evidências, o nariz de cera aparece associado a uma narrativa disfuncional, subjetiva e inadequada a velocidade da vida nos tempos modernos. Além disso, seus recursos retóricos tendiam a aproximar o jornalismo mais dos gêneros ficcionais do que da realidade, dificultando, assim, a ascensão da prática jornalística se tornasse uma técnica especializada e um domínio específico de profissionais. Tal concepção tende a impor uma



fratura entre o nariz de cera e o lead, dando a entender que o jornalismo pode ser efetivamente algo distinto da literatura.

A idéia de que o jornal pudesse definir o seu compromisso fundamental com outro valor que não a informação precisa e acurada pode parecer exótica para o leitor contemporâneo. Mas, de acordo com Schudson (1978, p. 117-120) o processo de separação entre fato e opinião conheceu uma longa trajetória nos Estados Unidos, desde a criação da *penny press* na década de 1830. Ícone da imprensa de qualidade contemporânea, o *New York Times* desempenhou um papel importante neste processo, no final do século XIX. Para enfrentar a concorrência dos jornais populares, carregados de histórias dramáticas ao gosto dos trabalhadores e de uma classe média ainda emergente, o jornal passou a defender a idéia de que o verdadeiro jornalismo deveria se basear em informações precisas e exatas. Para tal, era necessário aproximar os métodos jornalísticos dos métodos científicos com o objetivo de facilitar o seu consumo junto a um público sofisticado intelectualmente e bem situado financeiramente. A idéia era dotar os jornalistas de um conjunto de procedimentos vistos como técnicos, fundamentais para eles interpretarem os fatos econômicos e políticos de interesse relevante para este grupo social de elite, usando um tipo de linguagem que não violasse o seu senso de moral.

A questão é que o modelo de jornalismo objetivo e a ciência social se desenvolveram como subprodutos da literatura realista do século XIX. Os jornalistas norte-americanos passaram a trabalhar com um código profissional inventado, compactado, utilizando preferencialmente as metáforas da ciência – coleta de dados, objetividade e informação – ao invés das metáforas da literatura - personagens, dramas, conflitos (CAMPBELL, 1991, p. VIII-IX). As convenções adotadas por esse modelo de jornalismo, com o intuito de separar fato de opinião, só se tornaram hegemônicas nos EUA a partir de 1920. Isso ocorreu não por causa do caráter científico da produção industrial de notícias. Mas, havia certo consenso implícito entre os jornalistas norte-americanos de que estas convenções herdadas da ciência eram um modo pragmático deles cumprirem os cronogramas de espaço e tempo do jornalismo industrial de massas. Com o tempo, elas se tornaram um instrumento necessário e fundamental para fortalecer o senso de identidade profissional desses agentes, caracterizando

suas práticas de modo distinto às que eram exercidas por outros agentes no campo da comunicação como os relações públicas (SCHUDSON, 2002, p. 161-165).

Desta forma, o lead representou um conjunto de procedimentos que, ao se institucionalizar, ajudou a padronizar a reportagem como um tipo de relato no qual o estilo do pessoal do repórter cedia lugar a uma representação impessoal dos fatos. As rotinas e os métodos de produção noticiosa aos quais os jornalistas foram submetidos podiam sofrer pequenas variações nas diferentes organizações nas quais trabalhavam. Com o tempo, estas variações foram enquadradas dentro de uma estrutura de referência relativamente objetivada funcionando como um atributo típico da cultura profissional dos jornalistas norte-americanos (SOLOSKI, 1993, p. 97).

As estruturas textuais decorrentes das convenções adotadas pelo jornalismo objetivo são simples, sem maiores exigências vocabulares e reproduzidas pelos profissionais de forma quase automática (CAREY, 1987, p. 150). Por isso, elas têm um caráter conservador, que limita mais do que amplia a visão de mundo ou senso comum do norte-americano médio (CAMPBELL, 1991, p. 20). O problema é que os jornalistas norte-americanos também se vêem como contadores de histórias. Isto gerou um dilema na cultura profissional destes agentes. De um lado, quanto mais objetivos eles forem, menos interessantes eles se tornam, pois eles retiram das histórias os elementos dramáticos e ficcionais que atraem o público. De outro, ao utilizarem as metáforas literárias, os jornalistas se tornam hábeis contadores de histórias, dando vazão a sua criatividade e autonomia intelectuais. Porém, eles correm o risco de traírem seus ideais profissionais (BIRD e DARDENNE, 1993, p. 273).

Schudson (1978: 67-68) mostrou como nas décadas posteriores a 1880, o jornalismo norte-americano não passou apenas por mudanças nas práticas discursivas. Houve paralelamente um processo de luta no qual os grupos no interior da comunidade jornalística antenados com as mudanças que estavam se processando na política com o Movimento Progressivo, passaram a desqualificar os “velhos” jornalistas, submetidos a uma condenação moral ao serem classificados como “bêbados”, “boêmios” e “incultos”. Desta forma, foram enquadrados em esteriótipos eram bem diferentes da nova elite jornalística saída dos college e



das universidades norte-americanas, classificada como “enérgica”, “ambiciosa”, “cultura” e responsável por dignificar e dar uma nova imagem a profissão de jornalista.

Isto também está presente na lógica de desqualificação do nariz de cera e de afirmação do lead entre os jornalistas brasileiros. O olhar sobre os anos 1950 como um marco de mudanças encontrou forte ressonância na memória dos jornalistas, graças ao esforço bem sucedido de um grupo de profissionais em se credenciar como agentes da transformação. Este papel não somente foi realçado nas memórias daqueles que se auto-definiram como pioneiros, mas também nos relatos históricos elaborados a cerca do período, que destacaram o contraste das novas práticas com aquelas que caracterizavam o jornalismo até então.

No seu depoimento à *Folha de S. Paulo* em 10 de fevereiro de 1980, Samuel Wainer falou da *Última Hora*, jornal que criou para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Mas, ele não se limitou a isso. Apesar de falar da industrialização e da importância da publicidade, sua fala destaca uma série de características pejorativas do jornalismo anterior a 1950.

Os jornais não se preocupavam muito na época [1935] com o equipamento, as tiragens eram pequenas e o próprio jornalismo era uma profissão de transição. Os jornalistas passavam do jornal para o serviço público. Então, os salários eram pagos em vale, era uma empresa colonial em todos os seus aspectos até muito pouco tempo. **Quer dizer, era uma imprensa extremamente precária e estritamente intelectual. Era uma imprensa em que o valor da palavra era importante, não o fato. A grande reportagem praticamente não existia** (Grifos meus).

A *Última Hora* aparece como um jornal que nasceu sintonizado com o que havia de mais inovador em termos de jornalismo: a diagramação e a fotografia. Isto aparece em contraste numa imprensa ainda regida pelos métodos mais arcaicos de produção.

Anos depois surgiu a *Última Hora*, que aplicou os métodos atuais da imprensa moderna. Primeiro a diagramação, no estilo moderno. Nós mandamos buscar o Andrés Guevara, da Argentina, um artista. Mas a diagramação para ele não era só uma arte. Era um processo econômico. Os jornais da época eram feitos pelos métodos mais primitivos. O secretário mandava a matéria a olho nu, o que não desse jogava fora (...) Não havia consciência de diagramação e a *Última hora* introduziu a diagramação de ponta a ponta. A ilustração da matéria, o máximo de fotografia: a valorização do fotógrafo. Nós tínhamos assunto que chegavam a ser cobertos por oito a dez fotógrafos (...). Introduzimos a fotografia em



seqüência e assim terminamos por valorizar o fotógrafo, que antes era um paria que nem salário tinha. (Grifos meus) ⁵.

De forma similar, outro jornalista cujo nome é associado processo de modernização jornalística dos anos 1950/60, Cláudio Abramo, procurou mostrar, com base em dados de sua história pessoal, as dificuldades que encontrou para mudar a fisionomia de *O Estado de S. Paulo*. Ele assumiu a secretaria do jornal em 1951, aos 28 anos de idade, com carta branca da direção para assumir o controle sobre o processo de produção, até então exercido pelos gráficos.

A reforma implicava a modernização das operações do jornal e a introdução de métodos que não eram usados até então nos jornais de São Paulo ou do Brasil. Por exemplo, a eliminação do cálculo da publicidade de maneira empírica. O *Estado* tinha uma massa gigantesca de anúncio. O chefe da oficina media com um barbante o tamanho de cada anúncio que entrava e ia acumulando. À meia-noite esse cidadão subia à redação com o pescoço enrolado de barbante e dizia: ‘tem tudo isso de anúncios’. Essa pantomima se repetia diariamente no *Estado* e em todos os jornais. Zizo (filho de Francisco Mesquita, um dos donos do jornal) ficava furioso, mas ele era moço como eu. **Nessa época não era costume os moços darem muito palpite, mas Zizo finalmente conseguiu introduzir o racionalismo naquele jornal, virtude de que até então era completamente desprovido** (Abramo, 1993, p. 31).

O discurso de Abramo repercute as imagens e representações existentes sobre o jornalismo brasileiro na primeira metade do século XX. Sua história pessoal exposta em relatos auto-biográficos dá destaque ao seu lado visionário como reformador vitorioso. Em 1952, ele assumiu, como homem de confiança da família Mesquita, proprietária do jornal, a secretaria geral de *O Estado de S. Paulo* e levou o processo de modernização para o interior da redação em contrapartida com o caráter arcaico e improvisado da produção jornalística até então. Mas, para mudar um passo necessário renovar o perfil dos quadros jornalísticos:

Da secretaria passei à secretaria geral, com poder absoluto sobre a redação (...). Uma vez no posto comecei a promover uma mudança total nos critérios de recrutamento de pessoal, treinamento e adestramento. Meu primeiro repórter foi Sábato Magaldi (...). Depois começaram a chegar outros. Perseu Abramo veio do *Jornal de São Paulo* (...). Entrou como repórter e depois (...) passou a chefe de reportagem. Fomos aos poucos substituindo os

⁵ A entrevista foi reproduzida em MOTA e CAPELATO, 1981, pp. 368-369.



jornalistas de tipo antigo, *boêmios, jogadores e pessoas esquisitas* por tipos animados, saídos das universidades. Foi assim que recrutamos Antônio Pimenta Neves, Alexandre Gambirasio, Vladimir Herzog, primeiro aluno de Filosofia, Luiz Weiss, estudante de sociologia, José Carlos Azevedo entre outros (...). O pessoal novo criou um desnível brutal não só com relação aos outros jornais, mas também dentro da própria redação do *Estado* (*Ibid*, p. 33).

A mudança impunha a renovação de quadros, quase todos oriundos da classe média e universitários. Era uma necessidade tendo em vista a deformação intelectual e moral de uma parte dos jornalistas antigos. Porém, a presença de universitários no jornalismo não era uma novidade. Carlos Castello Branco confirma essa visão. Ao lembrar do seu ingresso no *Estado de Minas*, no início dos anos 1940, afirmou: *quando eu entrei no jornal, os repórteres eram aliciados de uma maneira primitiva. Entravam os estudantes de direito e medicina e, também, pessoas quase analfabetas*. Segundo ele, a revisão e a editoria de polícia eram os setores da redação onde se concentravam *pessoas muito rudes, muito toscas* (Cadernos de Jornalismo da Federação Nacional dos Jornalistas, nº 1, 1990, p. 13).

Nélson Rodrigues traçou um paralelo entre a velha e a nova imprensa.

Havia na Imprensa uma massa de analfabetos. Saíam coisas incríveis. Lembro-me de alguém, num crime passionai, terminou assim a matéria: ‘*e nem um goivinho ornara a coroa dela*’. Dirão vocês que esse fecho é puramente folclórico. Não sei e talvez. Mas saía coisa parecida. E o Pompeu trouxe para cá o que se fazia nos EUA, o copidesque. Começava a *nova imprensa* (In O Reacionário. Apud *Cadernos de Jornalismo da Fenaj*, nº 1, 1990, p. 10).

Apesar de não definir o período em que se refere a “velha imprensa”, podemos traçar algumas considerações em relação à memória do dramaturgo. Segundo Castro (1997, 46-47), Nélson Rodrigues começou no jornalismo freqüentando de jornal de seu pai, Mário Rodrigues, chamado *A Manhã*, a partir de 1925. Este jornal foi um dos ícones do jornalismo de sensações que emergiu na cena pública carioca na década de 1920. O jornal tinha colabores ilustres como Medeiros e Albuquerque, Maurício Lacerda, Monteiro Lobato entre outros. Estes conviviam com “figurões domésticos” como Danton Jobim, Orestes Barbosa, Renato

Viana, Apparício Torelly e repórteres definidos como “quase todos esfaimados, mal vestidos, com os dentes em cacos e alguns deles, às vésperas da tuberculose”. Provavelmente, os jornalistas deste último grupo compunham a “massa de analfabetos” que, segundo Néelson Rodrigues, havia na imprensa.

Neste jornal, por exemplo, as matérias policiais eram, em boa parte, feitas nas delegacias ou passadas à redação por telefone (*Ibid*). O aproveitamento do material escrito era quase integral. Segundo Pompeu de Souza (1988, p. 23), antes da reforma, cada repórter escrevia sua matéria. Esta ia para o chefe de redação, que muito ocupado, se limitava a fazer alguns acertos e logo encaminhava as mesmas para a oficina. Esta forma de organização do trabalho jornalístico também transparece na visão que Néelson Rodrigues (1977, p. 64) tinha da “antiga imprensa”.

Tinha 13 anos quando iniciei no jornal, como repórter de polícia (...). O sujeito ganhava mal ou simplesmente não ganhava. Para comer, dependia de uma vale utópico de cinco ou dez mil reais. Mas tinha a compensação da glória. **Quem redigia um atropelamento julgava-se um estilista (...). Havia uma volúpia autoral inenarrável. E nenhum estilo era profanado por uma emenda, jamais** (Grifos meus).

A condenação do nariz de cera e reforma moral do jornalismo

É possível que muitas reportagens tenham sido escritas por jornalistas com formação escolar precária, oriundos dos segmentos populares. Podemos citar como exemplo uma reportagem policial colhida aleatoriamente no jornal carioca *Gazeta de Notícias* em 02 de janeiro de 1930. Ela tem o seguinte parágrafo de abertura:

"A rua Senador Pompeu esteve ontem em polvorosa com uma cena de sangue ali desenrolada, na qual quase perdeu a vida de uma maneira trágica um infeliz marinheiro, que quase foi degolado com uma navalhada que lhe deu o rival”.

O texto se encontra pontuado ornamentos retóricos como hipérboles (a rua em polvorosa, uma cena de sangue), relações de antagonismo (o infeliz marinheiro e o seu rival) e uma sensação de tristeza pela “maneira trágica” que se desenrolou o acontecimento. Tais

elementos retóricos acentuam o caráter de dramaticidade capaz, talvez, de despertar o interesse do leitor em saber o desfecho da matéria e aproxima esta dos romances sensacionalistas⁶. Este padrão narrativo está muito próximo daquilo que se define como a função do nariz de cera, de ativar as sensações para criar um clima de interesse no leitor para o desencadeamento da narrativa noticiosa propriamente dita, que tinha a seguinte forma:

O fato se passou no botequim de nº 104 daquela via pública, esquina do Costa. Achava-se no citado estabelecimento, pela tarde, entre outros frequentadores da casa, o marinheiro nacional João Constâncio de Souza, de cor branca e trinta anos de idade, empregado no serviço de rádio da Ilha do Governador, quando teve uma desinteligência com o indivíduo de nome Isidro dos Santos, quando então ambos insultaram-se um ao outro.

Em dada ocasião da contenda, Isidro, mais exasperado, sacou de uma navalha e investindo contra o marinheiro, virou-lhe profundo golpe quase o degolando.

Ferido gravemente, Constâncio tombou por terra enquanto o criminoso foi preso em flagrante pelos presentes, sendo o caso entregue à polícia do 8º distrito, em cuja delegacia ele foi autuado.

O texto transcorre agora com uma narrativa que parece ter sido apropriada de textos como boletins de ocorrência policial e/ou relatórios médico-hospitalar. Isto pode ser inferido, pois o jornalista-narrador usa termos como “no citado estabelecimento” e “o indivíduo de nome tal” e “tombou”, acrescidos de dados factuais relativos à cor, idade e endereço da vítima. Segundo Nilson Lage (2002, p. 56),

Os [jornalistas] setoristas começavam invariavelmente pelos nomes dos personagens, seguidos de um código tal como bbc45 (brasileiro, branco, casado, 45 anos) e aí contavam o que havia acontecido, numa linguagem que incluía “o indigitado” (o acusado), “o indivíduo fulano” (o bandido), “tombou em decúbito dorsal” (caiu de costas), “sofreu uma contusão na região occipito-frontal” (levou uma pancada na cabeça) e por aí em diante; copiavam, em suma, boletins de ocorrência e fichas médicas pouco se importando com o que significavam as palavras.

Retomando o texto da reportagem da *Gazeta*, mais adiante vemos recuperados os elementos retóricos que novamente acentuam o drama desenrolado tais como “uma contenda” no qual a vítima gravemente ferida “tombou por terra”. Estas características retóricas são

⁶ Sobre sensacionalismo ver o exame do conceito feito por MATHEUS (2006).

responsáveis por reaproximar o texto do romance de sensação. Neste sentido, o texto mescla elementos retirados dos relatórios policiais com características típicas de um gênero de notícias chamadas de sensacionalistas. O que explicaria este hibridismo?

O fato do chefe de redação não profanar quase nenhum texto que era produzido nas redações dos jornais “antigos”, não deve fechar nossos olhos para a divisão social trabalho existente nos jornais existentes antes de 1950. A imprensa nesta época estava dividida entre uma massa de repórteres que executava as tarefas de apurar e investigar, não tinha domínio do texto escrito e portava baixa escolaridade. Imagem que contrasta com àquela dos dirigentes sindicais, redatores, editorialistas, cronistas e membros da alta hierarquia das redações, profissionais que exerciam as atividades textuais do jornalismo e faziam parte de uma elite profissional (RIBEIRO, 2000, p. 252).

É difícil, então, imaginar que “redatores consagrados”, “figurões domésticos” ou mesmo jovens repórteres como Nelson Rodrigues tenham escrito o tipo de texto que compõe uma reportagem como a da *Gazeta de Notícias*. Além de existir uma provável distância entre os textos produzidos pela elite com aspirações literárias e intelectuais e a sua versão “degradada”, jornalistas de origem popular e formação escolar precária, nós temos de trabalhar com a hipótese de que somente os jornalistas do último pólo frequentassem um ambiente como as delegacias de polícia. Isto nos remete ao dubio estatuto do jornalismo policial.

Hermínio Saccheta, chefe de reportagem no *Correio Paulistano* antes de 1930, da *Folha da Manhã* entre 1937 e 1943 e do *Jornal de São Paulo* após este período, ao ser perguntado se fez reportagem policial respondeu o seguinte

Eu não tive essa oportunidade e nem desejaria. O repórter policial, sem pichar ninguém, se compromete muito naquele meio e leva o vazo de repórter deformado para o nosso meio. É muito raro ver um repórter policial não se envolver naquela trama toda de corrupção. É lamentável mesmo, porque eles chegam a ser soltadores de preso. Então, são aqueles arregos com o delegado etc etc.



Saccheta deu seu depoimento em um debate no Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo em novembro de 1978 e suas declarações geraram controvérsias. De um lado, porque havia uma diferença de contexto. Próximo dos anos 1980, a maioria dos jornalistas tinha a formação universitária exigida pelo decreto-lei 972 criado pela ditadura militar. De outro, porque alguns jornalistas se sentiram discriminados, pois apesar de escutarem na universidade que este tipo de reportagem era a porta de entrada da verdadeira atividade jornalística, o depoimento reforçava a mítica de que o repórter de polícia era a escória do jornalismo⁷.

Isto ganha reforço no depoimento de Vargas Júnior, repórter policial de *A Notícia*, *O Dia*, *O Globo* e a *Última Hora*. Segundo ele, “a reportagem de polícia era [nos anos 1940] a coqueluche de qualquer jornal, se bem que mais tarde passou a ser chamada de *mictório do jornal*”. Um dos motivos era a relação de proximidade dos jornalistas com tipos marginais como contraventores e banqueiros do jogo do bicho.

Em 1945, nós tínhamos muitos jornais e várias edições. Eu trabalhava na *Notícia* e quando havia um crime em tal lugar, para eu poder furar a rapaziada fazia contato com o banqueiro [de bicho] da área, ele me dava os *informantes* no local. Não dava para fazer milagres, mas eu levantava o crime desse jeito, com a colaboração da contravenção e contatos com o submundo em geral (Dias, 1992:37).

Apesar de ressaltar a importância dos contatos com o “submundo” para desvendar crimes e, desta forma, se destacar como um “repórter investigativo” quando prestava depoimento no final dos anos 1980, Vargas Júnior reclama que seus chefes confundiam relações de convivência com a contravenção com relação de convivência e menosprezavam a importância dos tipos marginais como fontes noticiosas.

Um dia um diretor de jornal me disse, “estou sabendo que você é amigo de um bicheiro”. Eu respondi “tua informação está errada. Eu sou amigo de diversos

⁷ O título do debate era “Seis repórteres em busca de uma identidade”, motivado pelo que na época era considerado a “burocratização” das redações, marcado pelo fim da grande reportagem. Entre os repórteres que protestaram contra as declarações de Saccheta estava Ubirajara Júnior, que, por sua vez, declarou ter ido para a reportagem policial como castigo imposto por um editor pelo fato dele ser negro. *Unidade*, nº 39, p. 8.



bicheiros e conheço todos no Rio”. Ele “então você está demitido por justa causa”. Eu perguntei se era a decisão final e ele disse que sim. Eu fui direto para o escritório do meu advogado, ganhei a causa e seis meses depois estava de volta. Para você ver a mentalidade. Eu disse pra ele, “os seus amigos são ministros, senadores; os meus são bicheiros. É a mesma coisa, tudo igual. Se você não tiver fonte, como é que seu jornal vai viver?”

Exemplo clássico de repórter policial que ganhou notoriedade no convívio com criminosos e contraventores foi Otávio Ribeiro, conhecido no meio jornalístico como *Pena Branca*. Pena Branca despontou na reportagem da *Última Hora* em 1961 quando entrevistou para o jornal, de forma exclusiva, um assaltante conhecido como *Mineirinho*, que na época estava sendo procurado por toda polícia do Rio de Janeiro. Em 1976, Pena Branca foi levado ao *Pasquim* pelo cartunista Henfil para contar suas epopéias como repórter policial numa série de entrevistas. O sucesso de público destas entrevistas gerou uma série de reportagens feitas por Pena Branca para o *Pasquim* e o conjunto deste material foi editado em um livro chamado *Barra Pesada*. No primeiro round ou capítulo do livro, Pena Branca narrou sua estréia como escritor rememorando seu ingresso no jornalismo. Para isso, ele deu forma literária aos modos de falar identificados com o universo da malandragem carioca, usados nas suas reportagens.

Início os logogrifos dessa *Barra Pesada* exigindo a coreografia que deve ser perpetuada no meu epitáfio: “aqui jaz o dia 13 de outubro de 1961”. Certamente o leitor não vai decifrar o significado de minha última mordomia. Vou tricotar as minhocas, isto é, explicarei melhor: no dia 13 de outubro de 1961 deixei de ser pagão, fui batizado na pia de Gutemberg, entrevistei o perigoso bandido José Maria da Rosa Miranda, o Mineirinho, no morro da Mangueira. Analisando a minha amnésia da saudade acho que essa reportagem foi o maior pepitão que ouricei nos sangrantes garimpos de tiros e algemas. Após quinze anos trilhando caminhos traiçoeiros e espinhosos, resolvi preparar esse retângulo de capa dura. Neste capítulo transo a minha fralda na imprensa e a mortalha de Mineirinho. Não curti os condimentos mágicos da literatura, coleí apenas as consoantes nas vogais, tentei separar o bem do mal como as grades separam o bandido dum policial (Otávio Ribeiro, 1977: 14).

Evidentemente que a verve literária de Pena Branca não apagou a representação negativa que se formou sobre a reportagem policial negativa no transcurso de décadas. Se recuperarmos trechos do depoimento de Hermínio Saccheta, como “não tive esta oportunidade



e nem desejaria”, indicam que o esteriótipo já existia quando ele iniciou no jornalismo e que o mesmo, tinha, portanto, longa duração. Isto é uma evidência as formas negativas de representação do jornalismo do policial já existiam quando a reportagem da *Gazeta de Notícias* foi escrita e, provavelmente, ganharam reforço com os depoimentos como de Vargas Júnior e as narrativas cheias de estilo de Pena Branca.

É crível pensar, portanto, que os repórteres policiais deveriam estar, durante décadas, familiarizado e ambientado com os tipos que freqüentavam os botequins do Centro do Rio de Janeiro e com as rotinas e ocorrências nas delegacias, mapas de orientação para o noticiário de crimes. E que, tomados pela “volúpia autoral inenarrável”, citada anteriormente por Nélson Rodrigues, tenham escrito suas reportagens apelando para figuras retóricas cujas fontes eram os textos produzidos pela elite do jornalismo da época. Essas figuras ganhavam novos adornos com o material literário retirado do linguajar da malandragem e com a transcrição quase literal de trechos de um relatório ou inquérito policial.

Assim, muito embora o exame conjunto desses elementos indique que havia uma convivência entre esses extremos no jornalismo, de um lado, uma elite de redatores e jornalistas ilustrados, e de outro, um subproletariado das letras, cujo convívio com marginais e policiais talvez fosse o responsável pela existência de um vácuo cultural que refletisse a diferença de classe entre esses pólos. E é provável que esta barreira de classe e este divórcio cultural fossem, de um lado, atenuados pela capacidade dos jornalistas do último grupo de hibridizar seus textos imitando a sofisticada retórica literária da elite jornalística e, de outro, ampliados, quando os mesmos encapavam gírias e termos oriundos da convivência com que tinham universo do crime às suas reportagens⁸.

Até que ponto, porém, esta convivência não era interpretada como nociva ao jornalismo por vastos setores da elite jornalística e dos jornalistas situados na faixa intermediária a estes pólos? Na imprensa da primeira metade do século XX, os salários eram

⁸ A imitação e a cópia, segundo Barbero (1997, p. 160-161), fazem parte do conjunto de estratégias através das quais os grupos populares procuravam a superar as distâncias e as barreiras de classe e de valores que os separavam culturalmente e materialmente dos grupos de elite. Se de um lado, havia estranhamento, de outro havia também circularidade e influxos recíprocos entre estes grupos.



baixos (entre 300 mil e 600 mil réis) e impontuais, sujeitando os jornalistas ao recebimento de vales. A categoria era sujeita a “grandes instabilidades”, “sem garantias de trabalho”(Unidade, nº 20, abril de 1977, p. 11). O jornalismo ainda era visto como um “bico” para pessoas de outras áreas profissionais. Alguns colaboradores eventuais utilizavam-se do prestígio e status proporcionados pela atividade jornalística para fazer chantagem e subornar comerciantes e empresários (*Ibid*). Muitos também tentavam utilizar a profissão dentro de uma estratégia de ascensão social através da obtenção de um emprego público ou no exercício de um cargo político. Segundo Ribeiro (2000, 158) a corrupção jornalística tinha ramificações junto ao Estado, empresas ou grupos privados. O suborno e chantagem eram práticas comuns e uma estratégia fundamental para a sobrevivência de muitos jornais.

Somente a partir da promulgação do Estado Novo o processo de profissionalização avançou, com a criação dos dois primeiros sindicatos de jornalistas profissionais (Rio de Janeiro, 1935, e São Paulo, 1937) e a promulgação da lei nº 910 de 1938, regulamentando a profissão de jornalista através do registro da mesma no Ministério do Trabalho, além de criar os cursos superiores de jornalismo com a exigência do diploma específico para o exercício profissional, mas este último aspecto não vingou. Ainda sob a égide do Estado Novo, foi promulgada a lei 7037, Lei do Enquadramento, que instituiu o piso salarial e criou várias categorias profissionais, como redator, redator auxiliar, repórter e repórter de setor, entre outras, para as quais atribuiu diferentes níveis salariais.

Este quadro mostra que o jornalismo era profissão precária, mas com prestígio social. Neste sentido, diversos decretos foram emitidos por diferentes governos beneficiando a categoria, como a lei 3529, de 1959, que garantiu a aposentadoria especial com 30 anos de serviço. As regalias fizeram com que jornalistas e não-jornalistas corressem ao Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho para obter os seus registros na profissão, conforme transparece no discurso de Alberto Dines (2003, p. 169).

Nos anos 1950 havia os intelectuais que não são exatamente uma categoria social, mas em geral quem trabalhava nas redações era gente apertada de dinheiro. Eram raros os que tinham carro. Ninguém tinha carro ou casa própria, nem nada. Getúlio, muito inteligente, atuou para melhorar o padrão social do jornalista. A legislação do Getúlio deu grandes vantagens: isenção do imposto de renda, isenção do imposto de



transmissão na compra do primeiro imóvel. Isso desonerava, facilitava. Até para viajar Getúlio criou facilidades. O jornalista pagava 50% da passagem aérea. Mas aí, virou um negócio espúrio. O Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro era uma agência de viagens. Era uma corrupção tremenda.

Ao observar os relatos memoríais das entidades de classe, percebemos um enfoque diferente. O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo pretendia combater a *picaretagem* e o *amadorismo* existente na profissão tentando obter certo nível de controle sobre o mercado de trabalho. Para isso, só aceitava a filiação de jornalistas que pudessem comprovar o seu vínculo empregatício com as empresas (*Unidade*, nº 9, abril de 1976, p. 14). A outra ferramenta considerada eficaz no fechamento das fronteiras e moralização da atividade profissional era a criação de um curso de nível superior especializado e obrigatório para jornalistas profissionais. Tal pretensão teve repercussão no editorial de 29 de novembro de 1937 do jornal *Folha da Manhã*, que trazia o título e *ESCOLA DE JORNALISMO* e dizia o seguinte:

Os EUA e a Inglaterra possuem, como ninguém ignora, vários cursos desse gênero, incorporados às mais célebres universidades (...) É uma necessidade a Escola de Jornalismo. Há na imprensa, bem sabemos, uma boa porcentagem dos que realmente têm vocação para a carreira. Mas, ao lado destes, estão, sempre, e em não pequeno número, os fracassados em outras profissões, os que procuram fazer do jornal um negócio, ou os que, por simples vaidade, aspiram a ver o nome em letra de forma, ao alto de uma coluna, como vistoso cartaz. A Escola de Jornalismo selecionará os aspirantes, elevando ao mesmo tempo o nível intelectual dos profissionais da pena. Funcionando esse curso, a lei obrigará, naturalmente os jornais a recrutar os seus novos elementos entre os que se especializaram (RIBEIRO, José Hamilton, 1998, p. 44)⁹.

A formação superior específica constava como um mecanismo mais adequado de formação de quadros e um dos modos mais eficazes de selecionar, dignificar e valorizar a profissão de jornalista¹⁰. Apesar do seu caráter polêmico e da resistência que tal idéia suscitava na comunidade jornalística, muitos setores demandavam do Estado a regulação da

⁹ O ensino superior em jornalismo no Reino Unido é recente. Durante muito tempo predominou no país a opinião de que o ensino de jornalismo era iminentemente técnico e carecia de rigor acadêmico para justificar uma estruturação acadêmica. (ZELIZER, 2004). A situação só mudou de forma significativa a partir de década de 1990, quando surgiram os primeiros cursos superiores de jornalismo, limitados até então aos cursos de pós-graduação (BURGH, 2003).

¹⁰ Segundo Ribeiro (2000, p. 31 e 252), a criação fundamental no processo de profissionalização dos jornalistas, no sentido de formá-los como categoria diferenciada dos literatos e políticos. Ela destacou também o incômodo revelado nas entrevistas que fez com os participantes da reforma com o baixo nível intelectual dos repórteres antes das reformas, que apesar de dominarem as técnicas de apuração e investigação, não sabiam muitas vezes redigir. Mesmo os grandes nomes do jornalismo de 1950 não tinham curso superior.

atividade jornalística. Em 1961, o governo Jânio Quadros publicou o decreto 51.218, regulamentando a lei de 1938 com a criação da obrigatoriedade da formação superior específica. A resistência e o lobby político das empresas tiveram força suficiente para derrubar o decreto um ano depois.

O governo João Goulart criou uma comissão para rever a legislação sob a instrução do Ministério do Trabalho e Previdência Social e da Educação e Cultura¹¹. Do trabalho desse grupo resultou o decreto 1.177, de 1962, editado pelo então Primeiro-Ministro Tancredo Neves. O decreto não estabeleceu a obrigatoriedade do diploma, mas reconheceu a diferença entre diplomados e não diplomados¹². A obrigatoriedade da formação superior específica só se efetivou sob a égide da ditadura militar em 1969, mas segundo Nilson Lage (2002, p. 60) “pouca gente lembra, mas a instituição da obrigatoriedade do curso superior era iminente desde o final da década de 1950 e foi estipulada numa lei do início dos anos 1960”. Nilson Lage não era o único que pensava assim. Antônio Carlos Félix Nunes, ativista sindical afirmou o seguinte:

Antes de qualquer apreciação cabe afirmar: a regulamentação da nossa profissão, pela qual se começou a lutar em 1950, é a mais significativa conquista jurídica dos jornalistas no curso de toda sua existência como classe assalariada. Efetivamente, foi a partir de 1969, quando saiu essa regulamentação que adquirimos a condição real de profissionais que há tempos marcava as demais categorias niveladas à nossa, como médicos, dentistas, engenheiros etc. Éramos marginalizados no mercado de trabalho, sistematicamente invadidos por estranhos, geralmente picaretas de todos os naipes (Unidade, nº 55, maio/junho de 1980, p.6).

O depoimento de Nunes nos chama atenção pelos seguintes aspectos. O primeiro é que ele ocorreu no início da década de 1980, quando a identidade jornalística foi posta em debate todas às vezes que setores de dentro ou de fora da comunidade profissional passaram a

¹¹ A comissão era composta por Pompeu de Souza (representante do Ministério do Trabalho), Fernando Segismundo (como representante da ABI), Antônio Ibrahim Haddad (Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas da Guanabara e Carlos Alberto da Costa Pinto (Federação Nacional dos Jornalistas).

¹² Os jornalistas não diplomados para se tornarem profissionais teriam de fazer um estágio de 36 meses consecutivos ou 42 interrompidos dentro de um período total de 48 meses, para a obtenção do registro. Os salários dos estagiários seriam iguais aos dos profissionais (RIBEIRO, *Ibid*, p 263-264, Abreu att all, 2001, p. 5583 e *Folha de S. Paulo*, 20 de fevereiro de 1986, p. 6).



questionar a legitimidade da obrigatoriedade do diploma para a prática jornalística. Naquela ocasião específica, Nunes defendeu a manutenção da obrigatoriedade ante os ataques que as empresas de jornalismo, especialmente os jornais *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*, faziam a este tipo de cláusula¹³.

O segundo, é que ele defende o assalariamento como vínculo de classe ao mesmo tempo em que compara os jornalistas com categorias profissionais de classe média, que em virtude de seu saber exotérico, mantêm as fronteiras de suas comunidades profissionais fechadas às pessoas comuns. Esta ambigüidade estava presente nas práticas sindicais dos jornalistas. De um lado, o termo classe média impõe uma distinção entre um conjunto de profissionais, de formação superior, assalariados e não pertencentes ao operariado fabril.

De outro, o alto grau de sindicalização dessas categorias nos anos 1980 as levou a assumirem o assalariamento como um vínculo de solidariedade ao operariado, fazendo-as substituir o termo *classe média* por *classe trabalhadora* para sedimentar a sua identidade. Isto, porém, não as aboliu de aderirem a discursos do tipo “estamos ganhando menos que motorista de ônibus” como forma de mostrar a desvalorização e o demérito que sofriam ao verem suas condições de vida se aproximar das vividas pelo operariado ou outros trabalhadores como garis, motoristas de ônibus etc com quem eles queriam se identificar. Assim, eles reclamavam do fato de determinadas políticas salariais ameaçarem a “ordem natural” das hierarquias das profissões no mundo do trabalho (BOITO Jr. 2004). Os jornalistas não fugiram a esse processo. O Sindicato de Jornalistas de São Paulo afirmou o seguinte sobre os salários dos profissionais de imprensa: *em termos globais, o salário está mais baixo do que recebe um metalúrgico, sendo que no caso dos jornalistas é exigido curso superior*. (Unidade, 36, outubro de 1978, p. 5. Grifos meus).

O terceiro aspecto tem haver com este. O valor “liberdade de imprensa” foi profundamente defendido pelas instituições de classe dos jornalistas durante o processo de

¹³ Tais ataques se deram em função da greve de jornalistas ocorrida em São Paulo em 1979. Boa parte dos jornais paulistas, em maior grau, e do resto do país tomaram a greve como um movimento de esquerdização do jornalismo e a um suposto conluio entre escolas de comunicação e sindicatos. Para as empresas, boa parte dos grevistas era egressa das universidades, local em que tomavam contato com o pensamento marxista. Ver SILVA, 2003.

redemocratização¹⁴. Este valor está associado às grandes revoluções que abalaram o século XVIII, como a francesa e a independência norte-americana e a democracia. Darnton (1989), em seu estudo sobre as origens intelectuais da Revolução francesa identificou a existência de um circuito literário clandestino, no qual tinham destaque às ações de editores piratas, livreiros inescrupulosos e um conjunto diverso e disperso de autores obscuros que estavam à margem dos privilégios e pensões garantidas pela aristocracia a uma parte dos quadros esclarecidos do iluminismo. Sobrevivendo na sarjeta, convivendo com parias, ladrões e outros tipos sociais, esses autores faziam parte de um “proletariado das letras” cujo principal meio de vida e produção intelectual era o *panfleto difamatório*, as *crônicas escandalosas*, os *romances folhetinescos pornográficos* e os *tratados de filosofia libertária*.

Segundo Darnton (Ibid, p. 49), o *panfleteiro rude* e a *difamação* constituíram as bases de um sistema de comunicação, fundamental para dessacralizar e desmistificar os símbolos do Antigo Regime (o rei, o Papa, a Corte e os hábitos aristocratas) entre a plebe francesa. Para Darnton, é bem provável que panfletários ou libelistas tivessem exercido o papel de propagandistas ideológicos inoculando, através da difamação e do escândalo, o ódio à aristocracia e a crua versão das idéias de Rousseau no senso comum dos sans-cullote parisienses, tornando-os suscetíveis à retórica igualitarista do extremismo revolucionário jacobinista. Além disso, a estrutura retórica destes panfletos acabou sendo apropriada em parte pelo jornalismo popular na França.

Morel (2005, p. 167-168) afirmou, por sua vez, que foi na atmosfera revolucionária do fim do século XVIII que surgiu um agente histórico fundamental para a vulgarização dos ideais iluministas: o jornalista. Como publicistas e panfletários, os jornalistas passaram a ser reconhecidos por serem portadores qualidades como: certo nível de erudição e eloquência verbal e escrita. Estas eram qualidades necessárias para os embates políticos e para suas produções literárias, na maior parte das vezes, impressos de combate com os quais defendiam

¹⁴ O Sindicato de Jornalistas Profissionais de São, por exemplo, organizou em novembro 1978 o Congresso Nacional pela Liberdade de Imprensa. Ver *Unidade*, nº 38, novembro de 1978.

facções e propagavam idéias, dirigindo-as ao que entendiam ser o “povo” ou a “nação”. O paradigma deste modelo de homem de letras era *Thomas Paine*¹⁵.

Isto nos remete ao quarto aspecto do discurso de Antônio Carlos Félix Nunes. Ao comparar o jornalismo com profissões de classe média e ao defender o fechamento das fronteiras dessa prática social com a defesa da formação universitária exclusiva para firmar os jornalistas como *profissionais*, ele se pôs na contramão de um processo histórico nos quais o jornalismo surgiu vinculado ao debate público de idéias (centrado apenas no debate ilustrado, mas na difamação e no escândalo) e como prática aberta a qualquer cidadão comum. Isto é que dava sentido ao valor *liberdade de imprensa*.

Mas, a defesa do diploma não faz parte idiossincrasia histórica dos agentes que atuavam no sentido de fechar as fronteiras do jornalismo a estranhos. A formação universitária exclusiva era vista como uma forma de dignificar e valorar o jornalismo como profissão. Isto significava de um lado, afastá-lo da literatura e da política. Pompeu de Souza era um dos que considerava o nariz de cera uma remanescência da época que o jornalismo era um panfleto político, mas que era uma irracionalidade na prática jornalística moderna, voltada prestação de informações de interesse público.

Por outro lado, Barbosa Lima Sobrinho (*Boletim ABI*, maio/junho de 1986, p. 3) achava igualmente irracional deixar o jornalismo entregue a qualquer um que fosse minimamente alfabetizado.

Como [o projeto de lei do deputado federal Sebastião Nery] não se refere a nenhum outro curso, a conclusão a tirar é que o jornalista pode ser registrado sem a exigência de qualquer curso, primário ou secundário. *Basta ser alfabetizado* para a realização do requerimento. Há casos de jornalistas profissionais realmente competentes e que talvez nem houvessem completado o curso primário. Mas, são exceções (...). E se não se elimina o diploma para outros cursos, não há como justificar que sejam dispensados, sobretudo, para o exercício da profissão de jornalista. A menos que se

¹⁵ THOMPSON (1987, p. 102-104) definiu Paine como um publicista e jornalista de gênio, notável não pelo que disse, mas pelo *tom* impetuoso e o linguajar ultrajante de sua retórica igualitarista radical, o que permitiu a mesma se entranhar vigorosamente no jornalismo popular inglês do século XIX. O vínculo de Paine com o igualitarismo tomou forma não num pensamento intelectual sistêmico e organizado, mas na defesa de princípios universais e genéricos. Ele firmou uma tradição intelectual no século XIX, a do livre pensador auto-didata, patriota, que se auto-referenciava como paladino de suas próprias idéias. Conforme HOBBSAWN (1998, p.4-10) Paine foi aprendiz de fabricante de cabos, professor, suboficial, negociante de fumo e jornalista.



procure diminuir e desconsiderar a profissão de jornalista, negando a importância que tem na vida de todos os povos e na história do nosso país¹⁶.

Essa postura obviamente tem implicações, pois elas não relegam o fato de que o jornalismo se formou como uma prática social atrelada à esfera pública e como um direito humano. Além disso, há um forte viés de preconceito de classe embutido nesta lógica. Nilson Lage(2002, p. 55-56)¹⁷, ao descrever o ambiente do *Diário Carioca* nos anos 1950 deixa patente sua aversão há determinados hábitos dos jornalistas daquele jornal ao defender a manutenção da obrigatoriedade do diploma:

No entanto – e me custa escrever os parágrafos que se seguem – meu primeiro chefe, com quem trabalhei alguns meses, nos momentos de crise aguda que vivíamos (O *Diário* [Carioca] atrasava sistematicamente o pagamento de salários) passava no Zico, o banqueiro de bicho que era dono de um bar na Praça Mauá e apanhava dinheiro; levei-o uma vez bêbado para casa pobre de um conjunto proletário, onde vivia com mulher e filhos. O colunista da página era um ex-perito de criminalística que tinha vários jôqueis na Delegacia de Costumes. Jôqueis eram policiais indicados para funções rendosas junto a prostitutas e bicheiros; a indicação representava participação do patrono do policial na caixinha administrada pela Chefatura de polícia¹⁸.

Não era, então, só a corrupção que deveria ser condenada, mas também determinados hábitos populares (pegar dinheiro emprestado com bicheiros, a moradia numa casa pobre de um conjunto proletário). Além disto, o argumento traz embutido que sem a obrigatoriedade do

¹⁶ Barbosa Lima Sobrinho fez a defesa do diploma no momento em que esta exigência foi posta em cheque pelo jornalista Mauro Santayana, que como secretário da Comissão de Assuntos Constitucionais, criada por Tancredo Neves antes de assumir a Presidência da República em 1986 para elaborar um pré-projeto de constituição, propôs a esta acatar o fim de qualquer exigência para o exercício de profissões artísticas e intelectuais como o jornalismo. Santayana deu uma entrevista à *Folha de São Paulo* em 20 de fevereiro de 1986, que afirmou ser a medida um gesto de libertação do jugo de um grupo profissional fundamental para torná-lo disponível a toda sociedade. Tal afirmação desencadeou o debate em torno do diploma. Ver *Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1986, p. 2-9.

¹⁷ O depoimento de Nilson Lage se intitula “Á frente, o passado” e está no livro *Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. O livro foi elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ, e produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina após a juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara da Justiça Federal suspender, provisoriamente, esta exigência em ação movida pelo Ministério Público Federal. É uma coletânea de manifestos e artigos escritos por lideranças sindicais e por acadêmicos em prol da manutenção do diploma e de um padrão de jornalismo que fundamenta a formação superior específica como o único atributo capaz de fazer com que o jornalista exerça o papel de mediador na relação entre os fatos e o público.

¹⁸ O chefe era Luís Paulistano. Paulistano morava no subúrbio carioca da Penha, onde fundou o colégio Externato Olavo Bilac, num período em que deixou o jornalismo para aumentar seus rendimentos. Ver *Diário Carioca*, 22 de janeiro de 1961. Um dos seus mais notórios focas, o jornalista Evandro Carlos de Andrade disse “um dos problemas da relação com o Paulistano era que, sendo eu o enfant gâté dele, ele passava a tarde inteira me chamando para ir ao boteco, para pegar aquela dosezinha de cachaça, dar a parte do santo, beber, fazer aquela careta porque a cachaça devia ser um horror e depois voltar para a redação. Por volta da oito horas da noite ele já estava, vamos dizer assim, bem embebido. Ver Abreu att all, 2003. p. 24.

diploma o jornalismo voltaria a um estágio similar ao existente as reformas de 1950. Com a remissão ao *Diário Carioca* busca a conexão entre estas reformas e à manutenção da obrigatoriedade.

Esta postura tem certa conexão com a adotada pela FENAJ. A entidade entende que elevado grau de responsabilidade envolvendo a prática jornalística exige a manutenção da obrigatoriedade do diploma e sua legitimação como profissão junto à sociedade em geral exige que ela não seja extensiva a qualquer cidadão¹⁹.

“para a realização plena de uma das condições básicas de liberdade [de informar e ser informado], os jornalistas têm um papel fundamental a cumprir. Isso é óbvio. **Mas é doentio pensar que todo cidadão, para poder exercer esses direitos, deva se arvorar à condição de jornalista**”²⁰.

Para muitos jornalistas, o diploma consolidou de vez a visão social de que o jornalismo era uma atividade essencialmente de classe média.

Há professores competentes nestes cursos, mas normalmente, as pessoas que vão ser professores são os mais medíocres. Os grandes expoentes, os de grande talento estão nas redações e não têm tempo a perder com esse tipo de coisa que é razoavelmente mal remunerada. Você não tem muito o que fazer ali. Mas, há um lado ainda mais sério do que esse. No momento em que você exigiu o curriculum, a visão social do jornalismo ficou restrita à classe média. Só entra gente de classe média. Não haveria Joel Silveira, David Nasser, Hélio Fernandes. Todos jornalistas de minha geração sequer eram formados. Muito menos em comunicação (...) **Mas, hoje, uma moça de classe média, com um cursinho de francês e umas viagens ao exterior, entra num curso vagabundo de jornalismo e vai trabalhar no Jornal do Brasil**²¹. Grifos meus.

¹⁹ Esta discussão travada desde o século XIX teve reflexo no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que *todo homem tem direito de à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, de ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independente de fronteiras.*

²⁰ Esta declaração foi oriunda do posicionamento da Fenaj em relação à morte de Luiz Carlos Barbom Filho por suas reportagens sobre a rede de prostituição infantil envolvendo políticos de Porto Ferreira (SP). As reportagens culminaram na condenação em primeira instância de 10 acusados em 2004. Bardom não tinha diploma. A Fenaj e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo lamentaram sua morte, mas afirmaram: *Luiz Carlos Barbom Filho, apesar de se auto-intitular jornalista, não o era de fato e de direito. O jornal Realidade, de sua propriedade, foi fechado, pois nunca esteve regularizado e Barbom Filho não possuía o registro de jornalista, tendo sido, inclusive, processado por exercício ilegal da profissão.* Ver www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigo.asp?cod=423IPB005. Acessado em 10 de maio de 2007.

²¹ Millor Fernandes. Unidade, maio/junho de 1985, p. 13-14. Na nossa visão, embora esses argumentos tenham viés democrático, pois se propunham defender o acesso ao jornalismo das pessoas de formação escolar precária, eles se inserem numa perspectiva aristocrática ao defenderem uma concepção altruística dessa prática social com jornalista exercendo o papel de paladino das causas públicas ou exibindo sua genialidade como um literato virtuoso. Pode-se questionar até que ponto eles eram solidários ao estilo sensacionalista do proletariado boêmio e popularesco que povoou as páginas do jornalismo popular antes de 1950.



Bibliografia

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- ABREU, Alzira Alves et al. *Eles reformaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa, Relógio D'Água, 1992.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *Classe Média e Sindicalismo*. Politéia: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v. 4, nº 1, p. 211-234, 2004.
- BURGH, Hugo de. *Skills are not enough. The case for journalism as an academic discipline*. Journalism 4 (1): 95-112, 2003.
- CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the news: a mythology for Middle América*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press, 1991.
- CAREY, James W. The Dark Continent of American Journalism. In MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael. *Reading the news*. New York: Pantheon Books, 1986, pp.146-196.
- CHALABY, Jean K. O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e o anglo-americano (1830s-1920). *Media & Jornalismo* (3), 2003, pp. 29-50.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- _____. *Boemia Literária e Revolução*. Cia das Letras, São Paulo, 1989.
- DESAN, Suzanne. “Massas, Comunidade e Ritual” na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In *A Nova História Cultural*. HUNT, Lynn. São Paulo, Martins Fontes, 1992
- DIA, Mário. *Malditos Repórteres de Polícia*. Niterói, Muiraquitã, 1992.
- HOBBSAWN, Eric. Thomas Paine. In: *Pessoas Extraordinárias*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- LAGE, Nilson. À Frente, o Passado. FENAJ (org). *Formação Superior em Jornalismo: Uma exigência que interessa a sociedade*. Florianópolis, UFSC, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Imprensa, 1981.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Porto, Porto Editora, 2005.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Tese de Doutorado. UFRJ, setembro de 2000. Mimeo.
- RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas. 1937 a 1997*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Imesp, 1998.
- RIBEIRO, Otávio. *Barra Pesada*. Rio de Janeiro, Codecri, 1977.
- SILVA, Marco Antônio Roxo da Silva. *Companheiros em Luta: A Greve dos Jornalistas de 1979*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2003.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a Social History of American newspapers*. New York: Basic Books, 1978.





- _____. The Objectivity Norm in American Journalism. *Journalism* 2(2): 149-170. 2002.
- SOLOSKI, John. “O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico”. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, 1993.
- SOUSA, Pompeu de. “A revolução do lead”. In *Imprensa*, nº 33, 1990.
- _____. Era uma vez o Nariz de Cera. Entrevista concedida a Cláudio Lysias. In *Revista de Comunicação*, nº 7, 1988.
- TINHORÃO, José Ramos. “O máximo de notícia no mínimo de espaço”. In *Revista de Comunicação*, nº 7, 1988.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa – A Árvore da Liberdade*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Tradicion, Revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editoria Crítica, 1977.

Fontes Primárias

Boletim da Associação Brasileira de Imprensa

Cadernos de Jornalismo da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ

Folha de São Paulo

Gazeta de Notícias

UNIDADE – Jornal do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo.

